



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16489 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

ESTUDANTES-MÃES E TRABALHADORAS: DESAFIOS OUTROS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Maria da Conceição Fonseca - UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Francisco Canindé da Silva - UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

ESTUDANTES-MÃES E TRABALHADORAS: DESAFIOS OUTROS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho emerge de discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (Gepeja) resultante do projeto “Diversidade, diferença e justiça social na produção de currículos da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma análise em larga escala de propostas e práticas educativas em municípios do Estado do RN”, cujo objetivo é ampliar as compreensões que vêm sendo construídas sobre a diversidade nesta modalidade de ensino.

Para realização da pesquisa e análise dos dados produzidos, recorreremos à concepção de EJA enquanto direito (Paiva, 2009; 2019) de todos, respeitadas as suas singularidades e existências. Sobre a discussão que envolve o marcador “estudantes-mães” nesta modalidade de ensino, encontramos em Federici (2021), a reflexão que envolve o trabalho de mulheres, seus cotidianos, e as condições sociais e políticas de seu reconhecimento, no contexto da economia capitalista. A questão proposta é saber como essa realidade tem afetado o processo formativo de mulheres-mães e se traduzido em preocupação pedagógica da EJA,

principalmente quando esse grupo está na faixa etária de público com menos de 20 anos de idade?

De acordo com as narrativas ouvidas/sentidas de gestores escolares da EJA, são múltiplos os interditos e dificuldades de permanência e êxito escolar de estudantes-mães, dentre os quais se destaca a falta de rede de apoio familiar e de organização espacial, curricular e pedagógica das escolas, principalmente aquelas que atende grupos mais vulneráveis.

Quanto à metodologia, fizemos uso da roda de conversa, visando estabelecer um diálogo aberto, solidário e liberador (Dávila e Maturana, 2009) com a gestão escolar da EJA, percebendo em suas narrativas o aparecimento desse marcador social: mulheres-mães, público que atraiu nossa atenção e instigou a curiosidade epistemológica, político-pedagógica do Gepeja.

Assim, nos surpreendeu o surgimento de um corpo, até aquele instante pouco percebido, sendo apresentado nas falas dos conversantes. As estudantes-mães trabalhadoras que frequentavam cotidianamente às aulas com seus filhos “a tiracolo” (utilizamos a expressão em realce para significar o corpo ou o objeto que se leva pendente de um lado, segurando na mão, abraçado) ou trespassadas no corpo, apareciam recorrentemente nas narrativas dos gestores. De acordo com as narrativas, as estudantes trazem a identidade de mães que agregam a outra identidade – a de trabalhadora.

A condição de trabalhadora emerge, também, a partir das escutas nas rodas de conversas, que entendemos com Federici (2021) ser uma atividade desenvolvida majoritariamente em suas residências ou em outros espaços-tempos não reconhecidos sociologicamente pelo mundo do trabalho.

Identificamos essa categoria do trabalho invisibilizado, enquanto interdito que vem dificultando a permanência na escola, justificado pelo tempo excessivo que a maternidade e o trabalho doméstico exigem dessas mulheres, sem sequer ser reconhecidos socialmente. Essa constatação nos levou a perceber que a EJA apresenta desafios outros, assim como viabiliza caminhos para que essas estudantes-mães continuem a frequentar o espaço escolar, mesmo que as condições impostas sejam propícias à desistência.

O texto suscita das narrativas apresentadas nas rodas de conversa, ocorrida em um dos municípios selecionados pelo projeto, entre os meses de abril e junho de 2023, compreensões que impulsionaram à visibilidade dessa problemática e produzíssemos sentidos ao trabalho com a EJA na perspectiva da diversidade e da justiça curricular.

O trabalho está organizado em quatro momentos que se interconectam, a

saber: no primeiro momento, na introdução, explicitamos problemática, objetivos e fundamentos teórico-metodológicos assumidos na pesquisa. No segundo, intitulado “estudantes-mães, trabalho cotidiano e EJA: relações possíveis”, destacamos para análise, narrativas de gestores escolares da educação de jovens, adultos e idosos. No terceiro momento, interpretamos os resultados e as discussões das conversas realizadas, a luz dos referenciais teóricos; e no quarto momento, são feitas considerações provisórias acerca das reflexões produzidas.

2 ESTUDANTES-MÃES, TRABALHO COTIDIANO E EJA: RELAÇÕES EMERGENTES

Os cotidianos da educação de jovens, adultos e idosos na escola tem sido tensionados pela presença da diversidade de mulheres, homens e grupos que exigem reconhecimento e direito à formação e a conquista da cidadania. Grupos afetados social e culturalmente, inclusive pela negação do direito à escola, recorrem a modalidade em busca de oportunidades educacionais que garantam sua emancipação humana, libertando-os da condição de exclusão.

Estas tensões cotidianas, de acordo com Paiva (2009), geram novos sentidos à EJA, mediados por práticas advindas de movimentos sociais e culturais e das exigências do mundo do trabalho, articulando o que a referida autora designa de complexidade do mundo contemporâneo. Afirma ainda, que essas manifestações exigem um aprender continuamente, por toda a vida, inclusive aos profissionais docentes que além de interagir com os estudantes, participam da formulação de propostas pedagógicas.

Assim, a diversidade vai se fazendo presente nos cotidianos das escolas de EJA, requerendo da modalidade sua reorganização curricular e pedagógica. De acordo com Paiva (2019 *apud* Oliveira 2004) a diversidade é orientadora das escolhas e os interesses da formação dos jovens, adultos e idosos, pois se apresenta como potência e desafio a formação escolar deste público. É nesse contexto que emerge o marcador social das estudantes-mães em nossas pesquisas.

As estudantes-mães trabalhadoras são corpos que foram subalternizados pela ideia romântica da maternidade e pela responsabilidade afetiva de cuidar e manter economicamente os filhos, mesmo que sozinhas. Além disso, muitas vezes agregam a identidade de ser trabalhadoras domésticas em suas casas (trabalho não remunerado) e/ou nas casas de outras famílias (trabalho remunerado precário), cuidando dos filhos e das casas de outros (Almeida, 2007), ou ainda, desenvolvendo funções em trabalho mal remunerado (cabeleireira, manicure,

segurança), visto que na maioria das vezes, é temporário e paga apenas o valor-dia (Teixeira, 2021).

Nesse contexto, narrar o que tem acontecido com as mulheres “[...] é um modo [de] examinar as raízes das formas de exploração às quais as mulheres tem sido submetidas ao longo da história da sociedade capitalista” (Federici, 2021, p. 15). Aqui, não há apenas referência à mulher que trabalha, mas também àquela que foi interdita de prosseguir os estudos no ensino “regular”, quando engravidou e não contou com uma rede de apoio que a ajudasse a frequentar a escola, obrigada a desistir para cuidar do filho, e agora retorna ao espaço escolar buscando uma oportunidade.

Essas mulheres, mães, trabalhadoras priorizam a condição materna, privilegiam a condição de trabalhadoras anônimas, secundarizando a possibilidade de serem estudantes e de se desenvolverem profissionalmente, com direitos assegurados que lhe garantam cidadania.

2.1 Resultados e discussões das conversas

Metodologicamente, realizamos roda de conversas com gestores escolares, para identificar a diversidade de estudantes que a EJA estava acolhendo, nos chamando atenção um sujeito em particular, que por maior dificuldade que apresentasse, sempre conseguia chegar a escola e a sala de aula: as estudantes-mães trabalhadoras.

Nesse contexto dialógico, foi questionado quem eram essas estudantes, cuja resposta foi obtida na fala de uma diretora: “jovens que têm filhos pequenos e não tem com quem deixar no horário de aula; jovens que engravidaram no tempo escolar e por esse motivo abandonaram a escola regular e quando desejaram voltar, por motivo da idade, retornaram para a EJA; jovens que trabalham em casa ou fora de casa, às vezes com marido, às vezes sozinhas, mas que assumiram o papel de mães e ainda estão estudando ou voltaram a estudar” (*Roda de conversa em 25.04.2023*).

Essas estudantes-mães trabalhadoras, em sua maioria, são jovens que não concluíram a escolaridade e que agora retornam a este espaço, na condição de estudantes da EJA para, se possível, concluírem o processo. Algumas vezes, motivadas pelo desejo de melhoria no emprego, outras, para ajudarem na alfabetização de seus filhos, ou ainda porque desejam dar continuidades “aos estudos” (Carreteiro, 2014). Assim, não há um motivo específico, há diferentes motivações que envolvem esse retorno. Ainda assim, esses sonhos podem ser

interrompidos quando essas estudantes-mães trabalhadoras não têm uma rede de apoio para cuidar de seus filhos.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer não promove qualquer tipo de proteção e cuidado com esse grupo, ficando a cargo da comunidade escolar pensar e executar ações para acolher a elas e seus filhos. Outrossim, não há registro de legislação que proteja e ajude o público em realce a permanecer frequentando a escola. Então, isto tem sido cobrado à instituição de EJA e seu corpo educativo a desenvolverem ações que possibilitem a frequência dessas mulheres e a organização de espaços para as atividades socio-reprodutivas de acolhimento e cuidado com os filhos (Fadel; Martins, 2022), cujos locais são assumidos por merendeira, professores, bibliotecário, apoio pedagógico e outros profissionais da escola para que as mães continuem a estudar.

A legislação encontrada diz respeito à Lei Nº 6.202/1975, de 17 de abril de 1975, que atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares (Brasil, 1975). No entanto, não se trata da condição das estudantes de frequentarem a escola após o parto. Igualmente, identificamos o Projeto de Lei 1.741/2022, de 25 de junho de 2024, que permite prazo maior para a conclusão de cursos superiores ou programas de pesquisa e pós-graduação de pais e mães em razão do nascimento de filhos ou adoção (Brasil, 2024). A proposta estabelece que deverão ser prorrogados, pelo tempo mínimo de 180 dias, os prazos de conclusão de disciplinas, de entrega de trabalhos finais e de realização de sessões de defesa de teses e de publicações exigidas.

Há, também, o Projeto Lei 2.246/2022, de 09 de julho de 2024, que busca garantir a continuidade dos estudos para estudantes com dificuldade de frequentar aulas em razão de tratamento ou condição de saúde que impeça seu deslocamento. A proposta, que segue para o Plenário, ainda contempla as mães lactantes, os pais e mães estudantes com filhos até 3 (três) anos de idade. Sendo assim, continuamos distantes de uma legislação que assegure às estudantes-mães trabalhadoras de prosseguirem estudando com mais tranquilidade.

Ressaltamos que não trataremos de todos os sujeitos envolvidos com a modalidade, mas apenas das estudantes-mães trabalhadoras, por entendermos que estão em situação de vulnerabilidade, por serem mães e trabalhadoras e não terem com que deixar seus filhos enquanto estudam, levando-os diariamente às escolas, muitas vezes cansadas da jornada de trabalho (Teixeira, 2021). São, portanto, mulheres com possibilidades intensas de desistências, com potencialidade de ação reduzida e exposta à relação de exclusão disfarçada de inclusão.

Além disso, no diálogo desenvolvido com os gestores emergiu a pergunta: “o

que a gestão tem feito e/ou organizado para que as estudantes-mães trabalhadoras continuem frequentando a escola e permaneçam estudando?”. O gestor de uma escola de ensino médio de EJA, disse que a escola se organizava dentro das possibilidades para ficar com as crianças enquanto as mães estudavam: “precisamos da ajuda de todos na escola. A moça da biblioteca tem desenvolvido atividade com as crianças: contação de história, desenhos, pinturas e fica brincando com eles no intervalo. Quando ela falta ou não pode porque está em outra atividade, solicitamos ajuda da merendeira, apoio, coordenação pedagógica. Temos nos organizando todo dia para que alguém fique com as crianças” (*Roda de conversa em 25.04.2023*).

Pensar na organização das escolas para atender àquelas estudantes tem exigido dos gestores pensar para além da aprendizagem (instrumentalização do aprender), da formação humana e da solidariedade. Para isso, tem instituído ação política que vise a natalidade dos corpos, que foram subalternizados, e suas permanências no espaço escolar para o desenvolvimento de suas potencialidades. Essa natalidade pode se configurar como natalidade política, um segundo nascimento que os indivíduos podem ser e agir no mundo (Arendt, 2014). Neste caso, como um retorno à escola por essas estudantes-mães trabalhadoras.

Para Arendt (2014, p. 217), a “ação se revela por meio das palavras, daquilo que se fez, se faz ou se pretende fazer”. A ação é plural, sem violência, e se apresenta como inerente à condição humana. À vista disso, apreendemos que as escolas em contexto plural vêm se organizando para atender essas estudantes, organizando dispositivos, a parte do coletivo, para ficarem com as crianças.

Logo, a ação tem a potência de articular a diversidade existente e possível nas sociedades contemporâneas (Paiva, 2009). Esse pensamento reconhece a potência de ação dos estudantes de EJA, tornando os sujeitos capazes de produzir felicidade ético-política (Sawaia, 2016) e retirando-os da condição de excluídos das discussões socialmente pertinentes e de interesses de seu grupo.

Quando a potência da ação política se constrói, as perspectivas dos estudantes da EJA, especificamente as estudantes-mães trabalhadoras aumentam, porque agem de forma espontânea, pacífica e/ou também forçosamente para que os movimentos aconteçam. Nesse sentido, poderíamos pensar, a partir de Kollontai (2023), que a:

[...] maternidade, dentre as quais a experiência de “mãe proletária”, a mais numerosa e cheia de desafios impostos pela situação concreta da classe trabalhadora. Nos diversos sofrimentos e sacrifícios vivenciados por essas trabalhadoras, cuja realidade está longe de poder se adequar a ideologia da maternidade difundida pelos valores burgueses (Kollontai, 2023, p. 85).

Ser mãe para essas estudantes que trabalham é uma responsabilidade e um desafio que elas enfrentam, acompanhadas e/ou sozinhas. Muitas vezes, a escola de EJA, por compreender a situação que essas mulheres estão, tentam fazer uso das aberturas que a legislação deixa expostas na tentativa de cuidar para que continuem frequentado (chegar um pouco mais tarde, sair um pouco mais cedo, ficar com as crianças enquanto as mães estão na sala de aula).

Posto isto, os gestores têm empreendido ação política em suas escolas, mesmo às vezes, se posicionando contra a regulação do Estado. Não pela necessidade, nem pelas regras, mas porque compreendem que os laços de solidariedade, instituídos no coletivo, os chamam à ação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA tem sido marcada como um lugar de possibilidades, visto que seus integrantes apresentam para além de suas demandas, sentimentos de superar a situação-limite (Freire, 2002), que precisam ser justificadas nas proposições curriculares e pedagógicas desta modalidade de ensino.

São essas possibilidades (potencialidades) que encontramos nas narrativas de gestores escolares da EJA que se deparam com a problemática das estudantes-mães que precisam ficar em casa para cuidar dos filhos. Prioritariamente se entendem mais enquanto mães, do que propriamente como estudantes. O corpo está marcado pela noção de maternidade e não como estudante. Socialmente, há um olhar disciplinador a partir da invenção da maternidade (mãe pode isso, mãe não pode aquilo, mãe precisa ficar em casa). Portanto, o reconhecimento do sujeito é feito na categoria da maternidade, o que a invalida/anula em outros espaços.

Não obstante, essas estudantes-mães têm desobedecido a lógica normativa de permanecer em seus espaços privados, e estão voltando às escolas carregando seus filhos durante os turnos de estudos. Esse movimento tem provocado, nos gestores escolares, ação política para receber as mães e seus filhos em seus espaços. Essa prática, muitas vezes, não é de concordância com as diretrizes das políticas públicas voltadas para a educação. São linhas de fuga que se criam a partir em torno de diretrizes curriculares para melhor acolhê-las.

Por fim, é preponderante sinalizar que, notadamente, essas mães, de forma direta e indireta, têm impulsionado os gestores a tomarem determinadas posições político-pedagógicas para poder acomodá-las, ou seja, têm provocado as escolas a encontrar caminhos para suprir suas necessidades educativas, vencendo o gozo perverso da regulação em mantê-las do lado de fora das escolas e/ou das salas de aulas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BRASIL. Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975. Altera à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 abr. 1975.

BRASIL. Projeto Lei nº. 1.741, de 25 de junho de 2024. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 jun. 2024.

BRASIL. Projeto Lei nº 2.246, de 09 de julho de 2024. Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 2024.

CARRETEIRO, Tereza Cristina Othenio Cordeiro. Reflexões sobre adolescências e a complexidade das comunidades de afeto no processo socioeducativo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, ano 01, p.83-100, jan./abr, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/TXycSJFXLWGHghPQTRcsyTR/?lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2024.

FADEL, Anna Laura Maneschy; MARTINS, Ricardo Evandro. Reprodução social federiciana e o conceito marxista da “acumulação primitiva do capital”: uma expansão a partir da crítica feminista. **Revista Peri**, Florianópolis, n. 1, v. 14, p. 101-118, jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/5350>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FEDERICI, Sílvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MATURANA, Humberto; DÁVILA, Yánez Ximena. **Habitar humano**: em seis ensaios de biologia-cultural. Tradução Edson Araújo Cabral. São Paulo: Palas Athena, 2009.

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: questões atuais e cenário de mudanças. In: PAIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Petrópolis, RJ: DP et AlII, 2009.

PAIVA, Jane. Imaginando uma EJA que atenda a demandas de cidadania, equidade, inclusão e diversidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1142-1158, set./dez. 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. **Revolução no cotidiano e nos costumes**. São Paulo: Iskra, 2023.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2016

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Palavras-chave: EJA. mães-estudantes. Trabalho cotidiano.